



A SUPOSTA UTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE IDEOLÓGICO PELOS MILITARES (1964-1985)

THE ALLEGED USE OF PHYSICAL EDUCATION AS IDEOLOGICAL CONTROL TOOL BY THE MILITARY REGIME (1964-1985)

ALESSANDRO BARRETA GARCIA¹

alessandrogarcia@hotmail.com

RUI ANDERSON COSTA MONTEIRO²

ruianderson@ig.com.br

RESUMO

Entre os anos de 1964 e 1985, segundo as correntes ditas "humanistas", a educação física focava seu desenvolvimento educacional para fortalecer as ideias difundidas pelos governos militares. Nesse período, o chamado binômio "Desenvolvimento com Segurança" era associado às práticas desportivas na escola. Constatada essa perspectiva crítica, o objetivo deste artigo foi averiguar se essa crítica se justifica, levando-se em consideração alguns dos principais documentos internacionais divulgados pelos governos militares. Para isso optamos pelo método documental. A partir desses documentos, em um total de cinco, constatamos uma enorme preocupação pedagógica e nenhuma relação com o âmbito da "Segurança Nacional". Nesse sentido, não se confirma, segundo os documentos estudados, que a educação física estava a serviço dos militares.

Palavras-chave: Regime Militar • Marxismo • Educação Física • Doutrinação; História.

ABSTRACT

Between 1964 and 1985, according to the chains said "humanists", physical education focused its educational development to strengthen the ideas disseminated by the military governments. During that period, the so-called binomial "Safely Development" was associated with sports activities at school. Found that critical perspective, the aim of this paper was to investigate whether this criticism is justified taking into account some of the key international documents released by the military governments. For this we chose the documentary method. From these documents, in a total of five, we found a huge pedagogical concern and nothing to do with the scope of "national security". In this sense, it is not confirmed, according to the studied documents, that physical education was at the service of the military regime.

Key words: Military Regime • Marxism • Physical Education • Indoctrination • History

¹ Mestre em Educação Universidade Nove de Julho, SP – Brasil

² Doutorando em Educação Universidade Nove de Julho, SP - Brasil



INTRODUÇÃO

Inúmeras críticas são direcionadas à Educação Física desenvolvida durante o Regime Militar (1964-1985) no Brasil. Parece-nos que, sem a devida fundamentação teórica, muitas acusações são feitas no sentido de depreciar as aulas nesse período. Observamos referências alegando darwinismo da Educação Física, imposições feitas pelo governo, competições exacerbadas, discriminação e omissão.

Segundo Barbieri (1999):

Sabe-se que, dentre outros eventos criados e realizados por esse mundo de meu Deus, ou por esse mundo de muitos Deuses, também no âmbito da Educação, seja ela institucionalizada ou não, tal epidemia se instalou e também se oficializou por intermédio, principalmente, da ditadura militar instaurada nos anos 60, contexto no qual três ou quatro educadores criaram os Jogos Escolares Brasileiros - JEBs que, numa visão fundamentada na massificação como caminho para a elitização, foram realizados até meados dos anos 80, seguindo os modelos impostos pelos governos militares e incentivando, dentre outros aspectos, a seleção darwiniana, a competição exacerbada, a discriminação oficializada, a fragmentação impossível, a ascensão ilusória, a desmobilização conivente e a omissão comprometedora; (BARBIERI, 1999, p. 25).

Pode-se entender, de forma equivocada, que os militares é que determinaram os modelos desportivos conforme seus interesses e, mais do que isso, de forma extremamente negativa para a formação do indivíduo. Essa perspectiva da educação física pode ser observada também em trabalhos como o de Ghirdelli Junior (1991); Palafon (1993); Taborda de Oliveira (2009); Carvalho e Guido (2011); Rei e Lüdorf (2012) e Castellani Filho (2013). Mas, será isso uma verdade? Essa exposição

encontra justificativa perante as recomendações internacionais?

Barbieri (1999) ainda se refere ao contexto esportivo do Regime Militar como uma epidemia. Entendemos esse termo como algo pejorativo, ligado à doença, a algo que faz mal e deprecia, logo, nos conduzindo à ideia de que a Educação Física era nefasta, praticamente um "câncer".

Percebemos na afirmação de Barbieri que a Educação Física pautada no rendimento era uma estratégia equivocada mas, ao revisitarmos os documentos históricos, nos questionamos: qual é a base para essa afirmação e por que essa ideia era equivocada?

Também é de nosso conhecimento que nos Sistemas Oficiais de Educação, o Esporte pautado na manifestação conhecida como "de Rendimento" ou "de Alto Nível", vem sendo há vários anos uma única e equivocada estratégia utilizada, pela maioria dos professores, principalmente, e por muitos Secretários Estaduais e Municipais de Educação ou de Esporte, como forma de Educação, principalmente, de crianças e adolescentes (BARBIERI, 1999, p. 25).

Vamos pensar bem nesta crítica: Quando um professor de geografia ensina o conteúdo de sua disciplina, ele espera evidentemente um rendimento mínimo do aluno. Quando um professor de matemática ensina e o aluno aprende o cálculo de $2 + 2 = 4$, considera-se que este seja um rendimento esperado. Na língua portuguesa, quando um professor ensina o grafema "a, e, i, o, u" e assim por diante, até os fonemas, podemos observar o ensino e rendimento que leva o aluno a construir as palavras, logo, atinge um nível satisfatório de rendimento. Desse modo, por que um aluno de Educação Física não pode buscar o mesmo, ou seja, o rendimento? Onde está o equívoco nessa



estratégia? É preciso compreender que não importa o que se ensina ou a maneira como se ensina, sempre esperamos que o aluno consiga absorver a maior quantidade de informação e incorporá-la em sua cultura da melhor maneira possível.

Como pergunta fundamental para este trabalho diante desse contexto: Os militares realmente impuseram uma Educação Física segundo as suas próprias vontades e a controlaram ideologicamente?

Com base nessas críticas apontadas acima, e com base nas críticas encontradas entre os autores idealizados pelo marxismo, tais como os citados por Barbieri (1999), o objetivo deste artigo é investigar e esclarecer como a Educação Física se desenvolveu durante o ciclo militar (1964-1985), sobretudo levantando documentos que poderiam contestar a tese do uso positivo do esporte pelo Regime Militar.

Como método, escolhemos a análise documental e, por meio dela, investigamos 5 (cinco) documentos internacionais. A hipótese deste estudo é que a Educação Física durante o Regime Militar não foi imposta segundo a vontade dos militares, mas praticada segundo os pressupostos internacionais que direcionavam a Educação Física da época e que se adequavam ao modelo social e cultural da época.

MÉTODO

Samara e Tupy (2010), em seu livro “História & documento e metodologia da pesquisa”, nos lembram que o estudo dos documentos deve levar em conta o contexto da época. O documento é em última instância um produto de determinado período. Daí a relevância de uma interdisciplinaridade na busca do passado.

Existem vários tipos de documentos;

eles podem ser, por exemplo, pessoais, entrevistas, processos, religiosos e políticos. Nesse caso, os documentos analisados em nossa pesquisa podem ser classificados como políticos, pois tratam de políticas de esportes em âmbito internacional. Não são documentos políticos em seu sentido estrito, pois não são livros de ocorrências, prontuários ou coisa do gênero. São documentos de políticas públicas em esporte, que podem ou não serem adotados por diferentes países.

Os documentos analisados são: Noel-Baker (Manifesto Mundial do Desporto) 1964; Manifesto Mundial da Educação Física (1971); Carta Europeia do Esporte para Todos (1975); Manifesto sobre o Fair-Play (1977); e a Carta Internacional da Educação Física e Desportos (1978).

Como sugere Samara e Tupy (2010), analisamos os documentos de forma crítica e elucidativa. Para isso, requer-se grande cuidado.

Torna-se imperioso lembrar que a operação histórica consiste, após ter reunido, criticado e dissecado o conjunto de documentos disponíveis, em estabelecer entre diversos componentes do tema estudado – de acordo com o método adaptado a cada caso – e construir um discurso atribuindo-lhes coerência e sentido. (SAMARA e TUPY, 2010, p. 119).

É com esse intuito que a nossa investigação se consolidou em resultados pautados em análise crítica e coerente com os fatos. Dessa forma, confrontamos os documentos com a literatura disponível em relação ao período estudado (1964 até 1985).

EDUCAÇÃO FÍSICA E REGIME MILITAR – AS CRÍTICAS MERAMENTE IDEOLÓGICAS

Sobre as competições esportivas, as



críticas observadas em relação à Educação Física querem nos fazer crer que:

Nessas competições esportivas, também no âmbito da Educação, nos deparamos sempre com um contexto onde o individualismo, a rivalidade, o antagonismo, a tensão, a contração, a clausura, a pressão psicológica dão o tom e a forma do cenário e das relações entre os participantes (BARBIERI, 1999, p. 25).

A citação acima é contrária a todos os documentos internacionais pelos quais se compunham as próprias diretrizes do esporte na escola ou na sociedade. Um documento da época, em específico, trata exatamente desse contexto “Manifesto sobre o *Fair-Play*” (1977).

É claro que o autor está se referindo ao individualismo em seu sentido nocivo, mas não será o individualismo importante para se trabalhar a individualidade biológica do aluno. É claro que não é só isso, mas é também isso. Ou devemos deixar de lado a individualidade de nossas crianças e jovens? O autor não é claro e só apresenta a crítica. Quando volta a comentar sobre individualismo cita-o em meio a um emaranhado de outras possibilidades e não apresenta uma contextualização específica e prática.

A crítica segue:

E notório que esse tipo de evento esportivo, que estimula e tenta inculcar os valores relacionados com o vencer a qualquer preço; com a premissa de que a Existência Humana se fundamenta no fato de sermos sempre vencedores; com a concepção de que para alguns possuírem alguma coisa outros deverão não possuí-las ou até perdê-las; com o pressuposto de que só tem realmente valor os vencedores, os primeiros colocados etc, certamente não se adequa à filosofia, princípios e estratégias de uma Educação emancipadora, integral e integradora (BARBIERI, 1999, p. 26).

Em relação ao vencer a qualquer preço

e mencionando novamente os documentos internacionais, todos eles combatem tais pensamentos. Portanto, a crítica não encontra respaldo nos documentos que norteavam as práticas da época. É claro que perder e ganhar fazem parte do esporte e isso pode e deve ser trabalhado nas aulas de Educação Física, mas de maneira alguma se defendia a difusão dessas ideias a qualquer preço. Até porque nesse contexto os professores têm um importante instrumento de disseminação de valores morais, éticos, respeito ao próximo e as instituições, trabalho em equipe, responsabilidade solidária, entre outras virtudes.

Na realidade o que se quer é destruir o esporte tradicional, isso é claro a partir do posicionamento dos autores a seguir (TAFFAREL; LACKS; JÚNIOR *et al.*, 2006) que justificam uma Educação Física popular com base na destruição do próprio significado de esporte:

Nesta lógica, a educação e o esporte são os principais instrumentos de “alívio à pobreza” e de garantia de desenvolvimento dos países periféricos. Dentro deste contexto, a formação de professores com base na pedagogia das competências assume papel estratégico para o capital. A ela nos contrapomos defendendo a formação omnilateral, emancipatória na perspectiva socialista (TAFFAREL; LACKS; JÚNIOR *et. al*, 2006, p. 176).

É essa contraposição que na realidade faz a essência e estrutura do esporte na escola se desfazerem como poeira ao vento. Os autores ao estabelecerem uma relação do esporte com o capitalismo combatem ambos como se fossem a mesma coisa. Atribuem ao capitalismo o título de “vilão”. Muito pelo contrário, percebemos em Romanelli (1986) que o Brasil só tardiamente se deu conta de que o Marquês de Pombal



estava certo, e apenas durante o processo de industrialização dos anos de 1930 é que ingressamos no modo capitalista. Foi o capitalismo que modificou a forma de enxergar a Educação no Brasil e, a partir do êxodo rural, as federações se viram impossibilitadas de continuar no velho sistema educacional livresco e erudito.

A Educação Popular com características técnicas e profissionais era uma exigência internacional. A necessidade está ligada à produtividade, à qualidade e acima de tudo à gerência administrativa. Dessa forma, o conhecimento técnico era cada vez mais necessário, por isso, o pré-requisito era a leitura e a escrita.

Algo a se destacar é o termo emancipação, muito comum entre os críticos do esporte. Essa emancipação está diretamente relacionada ao desprezo pelo esporte de rendimento, seja qual for o esporte e o nível de rendimento. Pois o que importa na realidade é a destruição de suas bases.

Portanto, o esporte e o lazer assim como a educação em geral, enquanto políticas culturais, devem contemplar a emancipação humana, tendo como horizonte histórico a sociedade. A perspectiva é, segundo Taffarel et al. (2006) aprofundarmos relações com os movimentos de luta e continuarmos avançando nas contribuições para a formação de professores de Educação Física na perspectiva da emancipação humana (TAFFAREL; LACKS; JÚNIOR et al, 2006, p. 176).

A continuidade no avanço significa, desse modo, a busca pela consolidação desses objetivos. Para isso a Educação Física deveria lutar contra o esporte tradicional e conservador. Formando professores dentro dessa realidade, em pouquíssimo tempo, seria possível eliminar o que existe

de mais precioso no esporte a serviço da Educação Física e da formação do cidadão, a sua essência tradicional e conservadora.

Para isso, as autoras seguem sua exposição com base em Trotsky, Engels e Marx:

[...] nos cabe agora, enquanto intelectuais orgânicos e militantes culturais em luta pelas reivindicações das amplas massas, por exemplo, reconhecer o conjunto de orientações concretas formuladas para pôr em prática a estratégia revolucionária em cada nova conjuntura política (TAFFAREL e LACKS, 2007, p. 8).

Aqui não deve restar dúvida ao leitor, mesmo àqueles mais desatentos, quando as autoras se colocam como militantes ou mesmo intelectuais orgânicas aos moldes de Gramsci. Sabemos exatamente do que elas estão falando em termos de marxismo cultural (GARCIA, 2015). Essas orientações formuladas são precisamente aquelas que visam combater o esporte na escola, suas regras, suas técnicas, competição, rendimento, ordem e disciplina, por exemplo.

Marx se manifesta, no texto das *Instruções*, sobre o conteúdo pedagógico que, a seu ver, deve constituir o ensino de caráter socialista, destacando três elementos: o ensino intelectual, a educação física e a educação tecnológica (transmissão dos fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção e introdução ao uso prático e capacidade de manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios) (TAFFAREL, 2011, p. 260).

É absolutamente claro que o pensamento marxista paira sobre a cabeça dos críticos da Educação Física desportivista. Nesse contexto, contrário ao desporto educacional, é que ressaltamos o posicionamento de Ghiraldelli Junior (1991). Este autor apresenta a Educação Física dos anos 60 e 70 como uma Educação voltada para o alto nível e acima dos conflitos políticos e sociais. Sua base mecânica, fisiológica,



biológica e desportiva, segundo sua interpretação, estava a serviço da tecnoburocracia militar. Serviria aos militares para eliminar as críticas e funcionar como um “analgésico”. Em síntese, o autor quer dizer que a Educação Física seguia orientações ideológicas e era controlada pelos governos militares. Ainda que assim fosse, os documentos norteadores da época não nos indicam isso.

DOCUMENTOS INTERNACIONAIS SOBRE O ESPORTE E EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

Com base em Tubino (1985), após grande desenvolvimento desportivo a partir de 1889, com a primeira olimpíada moderna e, sobretudo, após os anos da II Guerra Mundial, o movimento do desporto passa por um profundo processo de reformulação, que culminou com o chamado “Movimento Desportivo Popular”.

Desse movimento, saíram os documentos aqui analisados. Ferreira (1985) ressalta a importância desses documentos, especialmente, em cumprimento às novas exigências das democracias modernas, todos eles com princípios humanísticos. Tais documentos analisados são essenciais para o entendimento das diretrizes adotadas pelo Brasil durante o período denominado de ciclo militar, que engloba os anos de 1964 a 1985. Em relação ao desporto na escola, o homem é visto de forma integral e de maneira especial a partir de uma prática por direito.

O primeiro documento a ser exposto é o “Manifesto Mundial do Desporto”. De autoria de Noel-Baker (1964), publicado pelo *Conseil International d'Éducation Physique et Sport* (CIEPS), ele começa definindo o esporte por meio de sua ação, ou seja, é

esporte tudo aquilo que por meio de jogo envolva um ou mais executantes em busca de competição, contra os outros ou consigo mesmo.

Tubino (1987) esclarece que o documento apresenta características definidoras de um esporte com estrutura e finalidade educacional, do tempo livre e do alto rendimento. No sentido educacional ressalta as características voltadas para a integridade física, equilíbrio, solução de problemas, desenvolvimento de talentos e qualificação. A partir da década de 60, do século XX, órgãos internacionais iniciaram seus posicionamentos em relação ao esporte de massa, bem como do esporte como “Política Pública”.

O documento explica que cabe ao praticante executá-lo com lealdade e respeito às regras. Deve respeitar todo o sistema desportivo, pois este é fundamental para o homem se humanizar. Humanizado, o homem se torna mais decidido, mais convicto de suas ações e responsabilidades. O bem-estar é sempre sua finalidade, pois se não está bem é um sinal de algo errado com sua prática. Tal perspectiva se confirma nas palavras de Gasset (1991, p. 15): “*O bem-estar, e não o estar é a necessidade fundamental do homem, a necessidade das necessidades*”.

Como formador do caráter, o esporte é vital para um desenvolvimento harmonioso e saudável. Por isso, sua prática por toda a vida é evidente na história da humanidade. A interdisciplinaridade, tão em voga na atualidade, já é pressuposto para os manifestos. E, seguramente, isso já estava em Aristóteles na Antiguidade (GARCIA, 2011; GARCIA, 2012; GARCIA, 2015). É claro que hoje temos uma quantidade gigantesca de pesquisas empíricas e pressupostos teóricos, mas as premissas já estavam dadas.



Com esse documento, a Educação Física Mundial se depara com uma clássica divisão, Desporto na escola, Desporto nos tempos livres e o desporto de alta competição. Esses três polos de desenvolvimento ficarão conhecidos no Brasil pela divisão proposta por Tubino (1987): esporte-educação, esporte-participação e o esporte-rendimento.

Para Tubino (1987), um segundo documento importante para o esporte de massa é a "Carta Europeia do Esporte para Todos" (1975). Tal campanha se inicia na Noruega, estendendo-se para Alemanha, Suécia, Bélgica, Estados Unidos e Canadá. A importância **dessa carta** está em propor o esporte de massa como um direito, reforça o papel das autoridades, bem como de uma estrutura comunitária no desenvolvimento da Educação Física como política de saúde e esporte para todos. Tal documento visa atingir o âmbito internacional e se apresenta com os seguintes itens:

Artigo I – Todos têm direito à prática do desporto.

Artigo II – A promoção do desporto, como fator importante do desenvolvimento humano, deve ser incentivada e devidamente sustentada por fundos públicos.

Artigo III – O Desporto, por ser um dos aspectos do desenvolvimento sociocultural, deve ser tratado, a nível local, regional e nacional, juntamente com outros órgãos que intervêm nas decisões de política geral, como também no planejamento da Educação, Saúde, Assuntos Sociais, limitação de áreas e atividades recreativas.

Artigo IV – É competência de cada governo favorecer a cooperação permanente e efetiva entre as autoridades e os organismos voluntários e incentivar a criação de estruturas nacionais que permitem desenvolver e cooperar o Desporto para todos.

Artigo V – Devem tomar medidas que protejam o Desporto e os desportistas de

qualquer tipo de exploração com fins políticos ou econômicos e de práticas abusivas aviltantes, inclusive o uso de drogas.

Artigo VI – Dado que a amplitude da prática do desporto depende, dentre outras coisas, do número de instalações, de sua variedade e das possibilidades de acesso às mesmas, o planejamento global dessas instalações deve ser considerado como algo primordial e de competência das autoridades públicas que devem levar em conta as necessidades locais, regionais e nacionais, tomando medidas que tendem a assegurar o pleno uso das instalações existentes ou a construir.

Artigo VII – Deve estabelecer-se disposições e inclusive medidas legislativas que assegurem o acesso à natureza com a finalidade da prática de atividades recreativas.

Artigo VIII – Em todo programa do desenvolvimento do Desporto deve-se reconhecer como indispensável a criação de quadros qualificados a todos os níveis de gestão técnico-administrativa.

O que observamos na história da Educação Física dos anos do ciclo militar é exatamente o que se recomendava no âmbito internacional; era o que o mundo civilizado fazia: Incentivar a prática para todos, desenvolver o ser humano em todas as suas esferas, em especial, no desporto, desenvolver o desporto localmente, regionalmente e nacionalmente, promover o incentivo público, proteger o desportista e não usá-lo politicamente. Este último item, sim, é o único que pode ser visto de forma nociva; isso, se considerarmos o uso político da imagem de vários atletas de referência pelo poder público como algo essencialmente nocivo. É possível perceber que a promoção de instalações desportivas, a garantia em legislação e, por último, a promoção de qualificação administrativa da estrutura que fomentava o desporto, foram políticas de incentivo desenvolvidas pelos governos militares.



O terceiro documento é o mais importante no sentido especificamente educacional e diretamente ligado à educação física na escola, é o “Manifesto Mundial de Educação Física” (1971), desenvolvido pela (FIEP) Federação Internacional de Educação Física. Esse documento já está pautado nos anteriores e funcionou na América Latina como grande difusor de conceitos atrelados ao esporte, sociedade e escola.

Esse manifesto oferece grande preocupação em relação às aulas durante o regime militar. Nota-se que é preciso observar atentamente o que é importante para a Educação Física escolar. Evidentemente que situações do tipo faltas e agressões não devem ser permitidas e, sim, combatidas no âmbito educacional.

Como meio para o desenvolvimento esportivo, o Manifesto Mundial de Educação Física (1971, p.12) apresenta as técnicas, que podem ser entendidas como: “As técnicas são os “instrumentos” – infinitamente variados e em contínua evolução – a utilizar em função de claras intenções educativas e de dados particulares (estados dos indivíduos, condições materiais etc.)”. Com essa explicação percebemos a essência elástica e, portanto, nitidamente relacionada às mudanças na história, assim como as variações que se traduzem em possibilidades educacionais na escola.

Colaborando com a explicação acima, Gasset (1991, p. 22-23) nos explica algo a mais sobre a técnica:

1º Não existe homem sem técnica.

2º Essa varia em grau extremo e é sobremaneira instável, dependendo, seja como for, em cada momento, da ideia de bem-estar que o homem oportunamente venha a ter.

Portanto, nada parecido com as críticas

que os autores a partir dos anos 80 e 90 imputaram aos chamados professores tecnicistas. Nessa técnica, o caráter educativo é indispensável e nem por isso deixa de ser técnico. Essa técnica é variável e apenas imutável no momento em que está sendo aprendido o movimento, o que não elimina a possibilidade de mudá-la ou aperfeiçoá-la quando necessário.

Como quarto documento para fundamentar nossa ideia, apresentamos o “Manifesto sobre o *Fair-Play*” (1977); nele se registra um componente histórico, a “honestidade nos jogos”; esse valor moral já era possível ser observado entre os gregos antigos. Pierre de Coubertin, inspirado nesse espírito grego, tentou revigorar na modernidade essas mesmas características desejadas entre os anos do ciclo militar brasileiro. Tinha como delimitação a ética e o *Fair Play*. O Manifesto sobre o *Fair-Play* (1977) explica muito bem o sentido ético do desporto:

O fair-play é uma “forma de ser” baseada no respeito a si próprio e que implica em: honestidade, lealdade e atitude firme e digna diante de um comportamento desleal; respeito ao companheiro; respeito ao adversário, vitorioso ou vencido, com a consciência de que é o companheiro indispensável, ao qual se une pela camaradagem desportiva; respeito ao árbitro e respeito positivo, traduzido por um constante esforço de colaboração com o mesmo (MANIFESTO SOBRE O *FAIR-PLAY*, 1977, p. 4).

Como lema dos jogos modernos, as denominações “Mais rápido, Mais alto e Mais forte”, refletem especificamente o *Citius, Altius e Fortius*. Busca-se nesse prisma o aperfeiçoamento do homem, pureza, nobreza, cavalheirismo, competição justa, espiritualidade, virtude, pedagogia, festa, solidariedade e inclusão. Valores estes que de maneira alguma devem ser vistos como



adversários ao sistema social contemporâneo e que, independente de sua origem e lugar na sociedade, o cidadão deve observar e buscar tais filosofias, pois, mesmo na mais socialista organização social que existir, diferenças e virtudes serão sempre destaques.

O quinto documento é a Carta Internacional da Educação Física e Desportos, UNESCO (1978), uma carta que apresenta dez artigos sobre o desenvolvimento da Educação Física Mundial. Fala em melhores condições de vida, da dignidade e do valor humano. Quanto à Educação Física, ela deve ser formadora e proporcionar valores fundamentais como base para o desenvolvimento humano. Propõe a solidariedade; respeito e fraternidade. Logo, compete aos governos o empenho no desenvolvimento humano relacionado à Educação Física, bem como sua responsabilidade em colocar em prática o esporte para todos, a fim de que se promova a sociedade justa e de progresso que tanto desejamos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ideia inicial deste artigo era questionar sobre a possibilidade de o governo militar controlar ideologicamente a Educação Física. E desse controle sairiam ideias de competição, doutrinação, pensamento acrítico e alto rendimento como pressupostos únicos na escola da época.

Segundo Castellani Filho (2013), podemos identificar que:

Mas a Educação Física e o Esporte não correspondem às expectativas da classe dirigente tão somente na questão referente ao princípio do "Desenvolvimento". Responderam, também, aos anseios dos governantes, no trato daquele outro, relativo ao polo "Segurança" que, junto ao anterior, compunha o binômio "Desenvolvimento com Segurança", caro à Doutrina

de Segurança Nacional, tão arduamente defendida pelos guardiões – civis e militares – do movimento de 1º de abril de 1964. (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 90).

Identificamos em todos os documentos internacionais disponíveis nesta pesquisa que isso não ocorria como "Doutrina de Segurança Nacional". Primeiro porque não era esse o objetivo das práticas esportivas ao longo da história, segundo porque não era uma estratégia equivocada, mas uma estratégia internacional para o desenvolvimento do homem. Qualquer país sério no mundo utiliza-se do desenvolvimento do rendimento escolar. E terceiro porque seria impossível o tal controle nas condições em que o Brasil vivia na época.

Salientamos que a Educação Física durante o regime militar era dividida em: desporto na escola, desporto nos tempos livres e o desporto de alta competição. No Brasil, temos mais difundidos atualmente como esporte-educação, esporte-participação e o esporte-rendimento. Tal pressuposto teórico é contrário às críticas apresentadas por pesquisadores com viés marxista.

Não há referências nos documentos internacionais que justificam tais acusações. Em relação ao desporto na escola, o jovem é reconhecido como um ser integral e, portanto, os cuidados para não nos exceder nas aulas eram uma constante nas recomendações. Nada é encontrado a respeito de se vencer a qualquer preço, de uma formação acrítica, que só os vencedores são reconhecidos.

É claro que as disputas faziam parte das aulas de Educação Física; estas eram e são fundamentais para o desenvolvimento do caráter do aluno. É, também, por meio do esporte que se tem a possibilidade de formação ética do aluno. As explicações sobre



o *fair play* no Manifesto sobre o Fair-Play de 1977 são bem enfáticas a esse respeito.

Ao contrário do que pregam os críticos das aulas durante o ciclo militar, a Educação Física era pautada no que havia de melhor em termos de desenvolvimento ético do aluno (GARCIA, 2015). Não há, na documentação estudada, nenhuma linha a respeito da educação para o individualismo, rivalidade, antagonismo, tensão, contração, clausura e pressão psicológica em sentido negativo. Nada que se justifique um vencer em detrimento das leis e das regras.

Segundo Ghiraldelli Junior (1991) sobre a educação física do ciclo militar, repete-se a mesma tese de Castellani Filho (2013):

O sustentáculo ideológico dessa concepção é a própria ideologia disseminada pela tecnoburocracia militar e civil que chegou ao poder em março de 1964. A ideologia do “desenvolvimento com segurança”, produzida e divulgada na Escola Superior de Guerra – ESG –, deu o tom principal para a ideia de uma tecnização da Educação e da Educação Física no sentido de racionalização desportiva (cf Ghiraldelli, 1986a), capaz de aumentar o rendimento educacional do país e, na área da Educação Física, promover o desporto representativo capaz de trazer medalhas olímpicas para o país. (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991, p. 30).

O que Ghiraldelli chama de ideologia disseminada pelos militares na Educação Física do período não é propriamente militar, pois, se fosse, deveríamos chamar a Educação Física do período de “militarista”, e ela é definida como “desportivista”. O autor fala em segurança, fala em “Segurança Nacional”, mas a Educação Física não seguiu, segundo os documentos estudados, nada que estivesse ligado a essa questão.

Em relação à Educação Física, falar que

a “Escola Superior de Guerra” (ESG) deu o tom de tecnização à Educação Física é no mínimo estranho. A Educação Física formal sempre foi técnica. Aliás, a técnica existe dentro da esfera militar, dentro da Educação Física, dentro de qualquer área minimamente séria, em qualquer lugar do mundo.

Mesmo que os militares tivessem introduzido ideologicamente esse tecnicismo na Educação Física, qual seria o problema? Mas não é este o caso, a técnica vem dos gregos, vem da história. Especificamente no período estudado, ela vem das recomendações internacionais.

Não há imposição, há recomendação internacional, e o que o Brasil fazia era o que o mundo fazia em termos de Educação Física. Os modelos eram internacionais, não foram criados pelos militares, mas por organizações internacionais que visavam o desenvolvimento de políticas públicas de esporte, lazer e saúde. Dessa forma, não há nenhuma comprovação das críticas levantadas por esses autores, nitidamente portadores de um viés esquerdista.

Indicamos ainda que outros autores propagam a mesma tese. Palafox (1993) explica que o período é cercado de formação ideológica e acrítica. Que o fim da Educação Física é o rendimento máximo e que o desenvolvimento do esporte na Educação Física brasileira estava sob a tutela ideológica da Doutrina de Segurança Nacional.

Taborda de Oliveira (2009) indica que os governos militares trataram a Educação Física como uma questão de Estado. Que por meio de uma tecnocracia o esporte era controlado e alienante. Impedindo, portanto, a crítica e os atos revolucionários. Tudo isso em nome da Segurança Nacional.



Conforme Carvalho e Guido (2011):

Tendo em vista o contexto histórico decorrente da Segunda grande Guerra, pode-se compreender a preocupação dos governos ocidentais em conhecer e agir preventivamente em áreas de risco mais vulneráveis à disseminação de ideias comunistas para melhor administrá-las, por meio das chamadas comodidades sociais (habitação, saúde, educação, etc.). (CARVALHO e GUIDO, 2011, p. 598).

Dessa forma, há uma tendência incontrollável dos pesquisadores do tema, "Educação Física e Regime Militar", em tentar explicá-lo a partir de uma suposta linha doutrinária de Segurança Nacional aplicada ao esporte na escola. Isso, como se a Educação Física brasileira se reduzisse a puro conteúdo ideológico e acrítico.

Rei e Lüdorf (2012) fazem uma revisão desses conceitos a respeito do possível controle da Educação Física pelos militares. Indica que essas teorias conspiratórias ou hipóteses historiográficas podem não estar alinhadas à realidade prática.

Notamos, desse modo, que há uma reprodução sistemática a esse respeito, de entender que a Educação Física durante o Regime Militar era subjugada pelos governantes, todavia, os documentos estudados, em sua maioria publicados pela Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (revista administrada pelos governantes da época), não apresentam evidências implícitas ou explícitas a respeito desse suposto controle ideológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foram apontadas por Garcia (2015), as várias críticas que se imputam à Educação Física durante o regime militar não são justificadas. O que existe, então,

são críticas pautadas em uma ideologia "hegemônica de esquerda" que segundo Garcia (2015) visa destruir o esporte, simplesmente porque este é tradicional e conservador.

O que se observou na análise histórica dos documentos internacionais a respeito da Educação Física durante os anos 60 e 70 é que ela não cumpria orientações militares e por consequência não poderia estar relacionada a estes de forma acrítica, pelo menos em sentido especificamente militar. É claro que muitos valores do esporte estão ligados a valores militares, isto existe desde os gregos, mas nada é especificamente militar em relação ao período estudado, bem como nos documentos analisados.

Podemos afirmar que o desejo do viés marxista na Educação Física é destruir valores, tradicionais e burgueses, simplesmente porque são contrários aos valores do marxismo e não porque causam concretamente prejuízos sociais e educacionais.

É preciso tomar cuidado com as interpretações que se fazem sobre o ciclo militar; este não é um período de competição exacerbada e discriminação oficializada, como se grita ao vento. É possível que equívocos na prática da Educação Física no período do Regime Militar tenham sido presenciados, pois não existe estrutura e nem modelos isentos de erros e problemas, mas é possível afirmarmos que as características e resultados dessa Educação Física apresentavam legitimidade e identidade claras e coerentes, bem diferentes da colcha de retalhos e improdutividade que vislumbramos nos dias de hoje no ambiente escolar, que colaboram para uma Educação Física sem forma, sem essência e sem objetividade.



REFERÊNCIAS

BARBIERI, C. Educação pelo esporte - Algumas considerações para a realização dos Jogos do Esporte Educacional. *Movimento (ESEF/UFRGS)*, p. 23-32, maio 1999.

CARVALHO, W. L; GUIDO, H. A. O. Fundamentos orientadores para as políticas públicas da educação física no regime militar (1964-1985). *Educação e Filosofia*. Uberlândia, v. 25, n. 50, p. 583-606, jul/dez 2011.

CARTA EUROPEIA DO ESPORTE PARA TODOS, 1975. (Org) TUBINO, J. M.G, FERREIRA, V. L.C, CAPINUSSU, J. M. in *HomoSportivus – Coleção Especial de Educação Física e Desportos*. v. 3. Rio de Janeiro: Palestra Edições Desportivas, 1985.

CARTA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS (UNESCO), 1978. (Org) TUBINO, J. M.G, FERREIRA, V. L.C, CAPINUSSU, J. M. in *HomoSportivus – Coleção Especial de Educação Física e Desportos*. v. 3. Rio de Janeiro: Palestra Edições Desportivas, 1985.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil, a História que não se Conta*. 19ª edição, Papirus, São Paulo, 2013.

FERREIRA, V. L. C. Do pensamento Político-Educacional a uma perspectiva de transformação em Educação Física. Org: TUBINO, J. M.G, FERREIRA, V. L.C, CAPINUSSU, J. M. in *HomoSportivus – Coleção Especial de Educação Física e Desportos*. v. 3. Rio de Janeiro: Palestra Edições Desportivas, 1985.

GARCIA, A. B. *Aristóteles nos manuais de história da educação*. 1. Edição, São Paulo: Clube de Autores, 2011.

_____ *Educação Grega e Jogos Olímpicos: Período Clássico, Helenístico e Romano*. Jundiaí, Paco Editorial: 2012.

_____ *Educação física e regime militar: Uma guerra contra o marxismo cultural*. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

GASSET, O. *Meditações sobre a técnica*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. *Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira*. São Paulo: Loyola, 1991.

MANIFESTO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA. In *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, Brasília*, n. 10, p. 9-17, 1971.

MANIFESTO SOBRE O FAIR-PLAY. In *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, Brasília*, n. 33, p. 4-14, 1977.

NOEL-BAKER, P. Manifesto Mundial do Desporto, 1964 (Org) TUBINO, J. M.G, FERREIRA, V. L.C, CAPINUSSU, J. M. in *HomoSportivus – Coleção Especial de Educação Física e Desportos*. v. 3. Rio de Janeiro: Palestra Edições Desportivas, 1985.

PALAFON, G. H. N. As tendências pedagógicas em educação física e sua relação com as categorias idealistas e materialistas da história. in *Motrivivência*, ano VI, n. 4, jun 1993.

REI, B. D. LÜDORF, S. M. A. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. *Rev. educ. fis*, 23 v. 3, p. 483-497, 2012.

ROMANELLI, O. D. O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.



SAMARA, E. M e TUPY, I. S. S. T. *História & documento e metodologia da pesquisa.* – 2. Ed. – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1964-1985). In: Del PRIORE, M. e MELO, V. A. *História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais.* São Paulo: Editora UNESP, 2009.

TAFFAREL, C. N. Z. Marxismo e educação: contribuição ao debate sobre a teoria educacional e a transição. In *Revista HISTEDBR On-Line v.11, 41 ed.* 2011.

TAFFAREL, C. Z., LACKS, S., JUNIOR, C. D. L. S. Formação de professores de Educação Física para a cidade e o campo. In *Pensar a prática*, v. 9, p. 153-180, 2006.

TAFFAREL, C. Z., & LACKS, S. (2007). Formação humana e formação de professores: contribuições para a construção do projeto histórico socialista. In *Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.*

_____ __ Il Congresso Internacional de Ciências do Esporte/Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

TUBINO, M. J. G. As perspectivas atuais do Movimento Desportivo Internacional. Org) TUBINO, J. M.G, FERREIRA, V. L.C, CAPINUSSU, J. M. *HomoSportivus – Coleção Especial de Educação Física e Desportos.* v. 3. Rio de Janeiro: Palestra Edições Desportivas, 1985.

RECEBIDO em 18/02/2015

APROVADO em 12/04/2015